



Comitê de Representantes

Aprovada na 1221ª sessão

ALADI/CR/Ata 1212

23 de julho de 2015

Horário: das 11h05m às 12h05m

ATA DA 1212ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

- O Comitê de Representantes recebe o embaixador Daniel Filmus, Secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.
 - Colocação de placa recordatória.
-

Preside:

JOSÉ FÉLIX RIVAS ALVARADO

Assistem: Rubén Javier Ruffi, Sergio Luis Iaciuk, Facundo Patricio Nejamkis, Pablo Ducros (Argentina), Benjamín Blanco Ferri, Jenny Encinas (Bolívia), Maria da Graça Nunes Carrion, George Ney de Souza Fernandes, Roberto Goidanich, Félix Baes de Faria, Pedro de Andrade, Alessandro Segabinazzi (Brasil), Luz Marina Rivera (Colômbia), Ofelia Arteaga Cárdenas (Cuba), Susana Guerra (Equador), Alejandro de la Peña Navarrete (México), Elvia Graciela Martínez Moor (Panamá), Raúl Cano Ricciardi, Miguel Ángel López Arzamendia, Pedro Villalba (Paraguai), Augusto Arzubiaga Scheuch, María de Fátima Trigoso Sakuma, Olga Lukashevich (Peru), Juan Alejandro Mernies Falcone, Enrique Loeder, Pilar Silveira, Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai), José Félix Rivas Alvarado, Juan Carlos Gómez Urdaneta, Marcos Luis Cardozo Navarro, María Luisa de Paz Rivas, Francisco Rafael Navarro González, Beglis Coromoto Alfaro, Luis Gufredo Quiñones González, Ángel Simón Zanotty Ramírez, Niel Michael Lugo Silva, Carlos Daniel Delgado Urbina, Leticia Coromoto Pérez Sanz (Venezuela), Maurizio Gelli (Nicarágua), Ivette Ramírez, Jaime Sotelo (El Salvador), Roberto Leva Rapela (Guatemala).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez

Subsecretários: César Llona, Pablo Rabczuk

Convidados especiais: Dante Dovená, Embaixador da Argentina no Uruguai; Julio Chirino, Embaixador da Venezuela no Uruguai; Cecilio Crespo, funcionário da Embaixada da Venezuela no Uruguai; Nelson Simatovich, Cônsul-Geral a.h. de Suriname no Uruguai; senador Luis Rosadilla, Câmara de Senadores do Uruguai; Belela Herrera, ex Vice-Chanceler do Uruguai; Gerardo Adippe, Administração Nacional de Portos; Fernanda Cardona, Diretora-Geral do Ministério de Indústrias, Energia e Mineração do Uruguai; Nelson Fernández, Diretor das Relações Internacionais da Intendência Municipal de Montevideú; Óscar Pastore, Diretor da Secretaria do MERCOSUL; Verónica Ríos, Coordenadora da Unidade Técnica do FOCM-UTF; Daiana Ferraro, Coordenadora da Secretaria do MERCOSUL; Mariana Vázquez, Coordenadora da Unidade de Promoção Social do MERCOSUL; Mayki Gorosito, Chefe de Assessoria da Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL; Ignacio Hernaiz, Diretor do Instituto Ibero-Americano de Educação em Direito Humanos; Julio Durante, Presidente de ANMYPE; Ángel Rubén Piazza, Presidente da Câmara de Comércio uruguaio-argentina; Lucía de la Fuente, Câmara Mercantil de Produtos do País; Javier Volonté, Ignacio Lavagna, Câmara Uruguai-Venezuela; Gonzalo González Piedras, Câmara Mercantil de Produtos do País.

PRESIDENTE. Bom dia. Iniciamos a 1212ª Sessão Extraordinária do Comitê de Representantes para receber o embaixador Daniel Filmus, secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.

Bom dia a todos os presentes. Em primeiro lugar, gostaria de celebrar a presença, como já disse, do embaixador Daniel Filmus, ao fazer 50 anos da adoção da Resolução 2065 por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas e, após a comemoração, em 10 de junho, do Dia da Afirmação dos Direitos Argentinos sobre as Ilhas Malvinas, reiteramos a nossa solidariedade com o legítimo reclamo da República Argentina na disputa pela sua soberania sobre as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul e os espaços marítimos circundantes.

Como precedente à Resolução 2065 da Assembleia Geral das Nações Unidas, é importante fazer referência à histórica alegação feita em 1964 pelo embaixador argentino José María Ruda junto ao Comitê Especial de Descolonização da ONU, alicerce do legítimo direito da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, revelando a natureza colonialista da disputa ao estabelecer que se trata do reclamo sobre o direito à soberania por um Estado independente que viu ocupado parte do seu território pela força, quebrantando sua integridade territorial.

A Resolução 2065 adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que foi renovada por sucessivas resoluções da Assembleia Geral e do Comitê Especial da Descolonização das Nações Unidas, foi um marco importante ao ser a primeira referida especificamente à questão das Ilhas Malvinas, mediante a qual se reconheceu formalmente a existência de uma disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, instando ao diálogo entre os governos da República Argentina e do Reino Unido de Grã Bretanha e Irlanda do Norte, a fim de encontrar uma solução pacífica à controvérsia.

Porém, após 50 anos de sua adoção, infelizmente não se evidencia um avanço substantivo nessas negociações, pelo que acompanhamos as vozes que, na região, comunicaram a necessidade de solicitar ao secretário-geral e demais instâncias das Nações Unidas de multiplicar os esforços para o cumprimento do mandato encomendado pela Assembleia Geral, com o objetivo de retomar as negociações para atingir uma solução pacífica à referida disputa.

O apoio da comunidade internacional ao legítimo reclamo da República Argentina sobre a soberania das ilhas foi manifestado em inúmeras ocasiões através das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos, da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA-TCP); do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); da União das Nações Sul-Americanas (Unasul); do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA); da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e desta Associação Latino-Americana de Integração, dentre outros organismos, que reiteraram a importância de atingir uma solução pacífica para o conflito.

Em outubro de 2004, esta Associação, por meio do seu Conselho de Ministros das Relações Exteriores, adotou, pela primeira vez, uma declaração apoiando os legítimos direitos da República Argentina na disputa pela soberania referida como “Questão das Ilhas Malvinas”, ratificando o interesse regional em que a prolongada disputa pela soberania sobre estes territórios alcance, quanto antes, uma solução pacífica conforme o direito internacional.

Posteriormente, em agosto de 2014, a ALADI emitiu uma nova Declaração de Apoio à questão Malvinas, reconhecendo o direito da República Argentina para adotar ações legais contra as atividades não autorizadas de prospecção e exploração de hidrocarbonetos na plataforma continental argentina.

Prezados Embaixadores, Representantes Permanentes, antes de oferecer a palavra ao secretário-geral da ALADI, gostaria de mencionar que esta Sessão Extraordinária Nº 1212 do Comitê de Representantes se sente honrada com a presença do embaixador Daniel Filmus e, certamente, esta reunião será um marco na história da Associação, quando, com a presença de todos os seus países-membros, apresentemos um apoio único e solidário à nossa irmã República Argentina perante o seu justo reclamo sobre a questão das Ilhas Malvinas.

Esta Sessão Extraordinária do Comitê de Representantes da ALADI é uma reafirmação do espírito de justiça histórica, independência, soberania e solidariedade, que foram alicerces da atual unidade latino-americana.

Muito obrigado. Ofereço a palavra ao secretário-geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Cumprimento todos os que nos acompanham: a amiga Belela Herrera, que sempre está nas grandes convocatórias da ALADI e nos temas tão sensíveis para a nossa região; o amigo Rosadilla, também um companheiro de muitos anos; os amigos do MERCOSUL, os embaixadores, os observadores, representantes, alternos.

Sou muito grato de participar de uma sessão extraordinária, em que é tratado um tema tão forte política e emocionalmente e tão caro para o nosso país e para a região. Em segundo lugar, pela presença de Daniel Filmus, que tem a transcendente tarefa de ser o porta-voz institucional desta reivindicação que já leva 182 anos, desde que, em 1833, o Reino Unido usurpou as nossas Ilhas.

Eu fiquei muito contente com a designação de Daniel Filmus à frente de uma Secretaria de Estado, dentro da Chancelaria argentina, orientada centralmente aos assuntos relativos às Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes no Atlântico Sul.

Fiquei muito contente, não apenas pela amizade que tenho com Daniel, mas porque estou convencido de que ele é a pessoa que, pelo perfil político, qualidades acadêmicas, intelectuais e pessoais, podia e pode desempenhar uma grande tarefa sobre potencializar e fortalecer estes direitos que reivindicamos há muitos anos, o compromisso argentino com a recuperação do exercício pleno da soberania mediante o diálogo e a negociação, como estipulado pelas diversas resoluções das Nações Unidas.

Esta sessão extraordinária proposta pela Representação Argentina é muito pertinente, porque a questão Malvinas, se bem é um tema de reivindicação nacional primordial e muito forte, lenta mas inexoravelmente vai se tornando uma causa latino-americana.

É necessário que uma Associação Latino-Americana de Integração tome este tema com a força e o compromisso com que foi proposto pelo presidente do Comitê. Uma coisa é o século XIX, em que vivemos uma espécie de vestígio do colonialismo, que, hoje em dia, está absolutamente condenado por todos os países do mundo.

No Comitê de Descolonização devem ficar poucos casos de colonialismo no mundo. Não sei, Daniel que me corrija, creio que são 17, dos quais 10 estão vinculados com o Reino Unido. Ou seja, o colonialismo é uma questão arcaica do século XIX.

Uma coisa é uma reivindicação histórica, especificamente nacional e argentina, e outra é para o futuro. No século XXI, a questão Malvinas vira questão latino-americana, porque se trata de defender e de proteger, sobretudo, os recursos naturais que habitam e que estão no território e, sobretudo, em um território de uma grande importância política e estratégica, como é o Atlântico Sul.

Se tivermos que fazer essa diferenciação, sutil talvez, de uma grande reivindicação que tem a ver com terminar com um arcaísmo, que é o colonial, e a outra coisa é o perigoso e desestabilizador que é que a América Latina ou a América do Sul tenha uma potência estrangeira ocupando parte do nosso território.

Por que digo isto? Porque, quando falamos da integração, de que estamos falando? Da capacidade de colocar os nossos recursos estratégicos em chave comunitária para atingir justamente uma região mais autônoma, mais forte e com uma presença mais importante na ordem internacional.

Por isto, a tarefa do Daniel, e o que propôs o presidente do Comitê, é a solidariedade ativa e evidente tanto do MERCOSUL quanto da UNASUL, da CELAC, da Secretaria-Geral Ibero-Americana, de outros organismos regionais e multilaterais e outros fóruns, que estão indicando uma tomada de consciência muito mais latino-americana nesta luta.

Quero terminar com outra perspectiva que também considero central: o fato de o Reino Unido não acatar as resoluções das Nações Unidas faz com que o mundo periférico, os países subdesenvolvidos ou o mundo emergente estejamos sofrendo a desgovernança do mundo global.

O não acatamento de diversas resoluções, dentre elas, aquela que hoje estamos reconhecendo, do ano 1965, mas diversas resoluções das Nações Unidas, diversas votações no Comitê de Descolonização e da Assembleia Geral, o fato de não dialogar nem de negociar como propõem as Nações Unidas, o que nos está propondo sobre a ordem global? Que é uma ordem global que se inclina mais para os países poderosos e que cada vez é mais duvidosa, mais injusta e mais instável para os países da periferia ou para os países subdesenvolvidos ou emergentes.

Porém, para nós, como latino-americanos, é tão importante insistir em que o Reino Unido cumpra com esta Resolução das Nações Unidas, porque o cumprimento deste tipo de resoluções poderá nos levar a uma ordem global mais equitativa e mais justa para todos.

Com estas palavras, quero agradecer, primeiro, a proposta que apresentou o ministro Rubén Ruffi, que considero muito valiosa, a colocação de uma placa em uma sala da ALADI e a presença do nosso amigo, o meu amigo Daniel Filmus, que volto a insistir, é uma das pessoas mais idôneas para levar adiante esta reivindicação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Cabe agora a intervenção de Daniel Filmus, secretário de Assuntos Relativos às Ilhas Malvinas.

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS RELATIVOS ÀS ILHAS MALVINAS (Daniel Filmus). Muito obrigado. Bom dia a todos. Senhor companheiro e amigo Secretário-Geral da ALADI, senhor Presidente do Comitê de Representantes, autoridades do Comitê de Representantes, senhor Embaixador argentino junto ao Uruguai,

autoridades da irmã República do Uruguai, autoridades e representantes dos outros países, amigos:

Em primeiro lugar, quero dizer que eu estou muito emocionado e, em nome da nossa presidenta e do povo argentino, sou muito grato por esta sessão especial e pela posterior colocação da placa que comemora os 50 anos da Resolução 2075. Particularmente, estou agradecido e emocionado pelas palavras do presidente e do secretário-geral sobre a questão das Ilhas Malvinas e pela pertinência destas palavras, que são tão pertinentes que praticamente deixariam a um lado a necessidade do meu discurso. Por isso, vou deixar a um lado o que estava escrito e tentar propor algumas questões que considero centrais, que têm a ver com as questões propostas pelo presidente e pelo secretário-geral de por que é uma causa regional a questão das Ilhas Malvinas. E penso nos nomes dos representantes dos países que estão aqui e poderíamos traçar uma história provavelmente do apoio de cada um destes países à causa das Malvinas em diferentes momentos. É uma causa regional e foi desde a sua origem uma causa regional das Ilhas Malvinas.

Quero dizer que há pouco tempo, visitando a irmã República do Chile com vários grupos de amizade pelas Malvinas – o amigo Rosadilla estava naquele momento conosco – entregamos ao chanceler em uma reunião uma carta manuscrita de San Martín, que não era conhecida, foi comprada há pouco tempo em um leilão em Londres, paradoxalmente. Necessitada de soldados para atravessar os Andes para colaborar na gesta libertadora da América Latina, pede soldados para Buenos Aires e, como sabemos, Buenos Aires não estava tão interessada na independência da região, pelo que não manda soldados, e ele diz: “Se não mandarem soldados, pelo menos mandem alguns dos que estiverem no presídio de Patagones ou os que estiverem no presídio das Malvinas”. San Martín escreve isto, e – não o sabíamos –, no ano 1816, um mês depois da independência. Como as Malvinas estavam presentes e quanta demanda para os que estavam lá naquele momento para a independência.

Isto saiu em vários diários publicados e havia uma entrevista prevista com o presidente da Bolívia, Evo Morales, e os meus amigos da Bolívia, o seu chanceler me diz: “quando você vier à Bolívia, vou te mostrar uma coisa que vai te deixar surpreso”. Ele nos levou à praça central de La Paz, onde há um monumento com uma placa que reza, em bronze, o que foi a sentença de Murillo. Murillo tinha se levantado no ano 1809, o julgamento acabou com o seu fuzilamento, a morte dos que chefiaram a rebelião contra a colonização espanhola. Há uma placa dentro da Prefeitura de La Paz e outra na praça, passamos todos os dias por esse lugar, mas não olhamos para a placa, e diz assim: “os que foram enviados para a prisão durante anos serão enviados - obviamente, antes de dar umas voltas à praça de La Paz em um burro e com cem açoitos em cada uma das esquinas – para as Filipinas e para as Malvinas”. Estou falando do ano 1809. Fica muito claro que a Espanha tinha, tanto sobre as Filipinas quanto sobre as Malvinas, soberania anteriormente. Isto supõe a presença das Malvinas ainda na época colonial.

Ainda recebi outra surpresa na Bolívia, tínhamos uma disputa entre a Bolívia e o Brasil. Qual tinha sido o primeiro país a se solidarizar com a Argentina? Recebi, então, uma cópia da carta que enviou em junho de 1833, isto é, poucos meses depois da usurpação britânica, do governo da Bolívia. A carta – que critica a Argentina por não ter participado do Congresso do Panamá – diz elipticamente: “se tivéssemos conseguido no Congresso do Panamá uma única América Latina, se tivéssemos atingido a unidade de todos os nossos países, o Reino Unido não teria podido fazer isto, a Coroa Britânica não teria podido fazer isto porque teríamos tido a força necessária para repeli-los e a autoridade para impedir o que aconteceu. Porém, apesar de que não o conseguimos, queremos dizer à Argentina que contam com o

apoio do governo boliviano.” E diz ainda: “e, apesar de que são vocês os que foram ofendidos em sua soberania, consideramos este fato como uma ofensa própria”. Poderia acrescentar o que aconteceu com o Brasil ou, por exemplo, com o Peru, que, assim como aconteceu a usurpação, enviou uma nota dizendo que se oferecia para entregar todos os antecedentes porque estavam, naquele momento, em Lima, da soberania espanhola e da herança que, naquele momento, teve o Rio da Prata respeito dos bens que possuía. E poderíamos continuar percorrendo a história e observando que desde o começo foi uma ofensa para a região, um atentado contra a integridade territorial de toda a América Latina e que continua a sê-lo.

Cada vez com mais força, a nossa região se levanta para afirmar o que propunha “Chacho” Alvarez, que não pode ser que alguns países que não cumprem com as resoluções das Nações Unidas sejam fortemente castigados, enquanto que outros têm o luxo de não cumprir com as resoluções e está tudo bem. Essas duas categorias provocam uma profunda desigualdade no mundo e não deveriam existir mais.

Havia três causas importantes na região que acompanhávamos há muito tempo. Uma, que foi a primeira a ser resolvida, a causa do canal do Panamá. Quantos anos foram necessários para resolver a causa do canal? Temos que dizê-lo, o ex-presidente panamenho disse em 1982, e ele me comentou há pouco tempo que os americanos propunham, para resolver a zona do canal, a mesma solução que propõem os britânicos para resolver o tema das Malvinas: queriam fazer um plebiscito com os Sonier, com os que moravam na zona, para eles decidirem se queriam ser estadunidenses ou panamenhos e, assim, resolver o tema da soberania. Claramente, ao dia seguinte à transferência da soberania para o Panamá, os estadunidenses que moravam aí voltaram todos para os Estados Unidos e o canal ficou nas mãos de quem tinha de estar.

O outro caso que tínhamos de longa data começou a ser resolvido há pouco tempo. Trata-se dos 53 anos de falta de diálogo entre os Estados Unidos e Cuba e, com alegria e com acompanhamento, vimos que começa a ser resolvido, embora fique pendente o tema do bloqueio econômico. Há um terceiro caso, que também será resolvido da mão da solidariedade dos países da América Latina, que é o caso das Malvinas.

Há um terceiro caso para resolver regionalmente, porque os primeiros dois foram resolvidos porque houve toda uma região por trás do canal do Panamá apoiando o Panamá, e houve toda uma região e um mundo apontando que não podia continuar existindo falta de diálogo dos Estados Unidos com Cuba. E há um terceiro caso que também será resolvido da mão da solidariedade dos países da América Latina, que é o caso das Malvinas.

Temos certeza de que, na medida em que a nossa região se mantiver unida e solidária quanto a esta demanda, o Reino Unido vai saber que não tem problemas com a Argentina sobre o tema das Ilhas Malvinas, mas que há uma região inteira reclamando que a integridade territorial da América Latina não ficará completamente resolvida até as Malvinas não terem a possibilidade de voltar a ter o exercício da soberania pela Argentina. Temos certeza de que é assim, de que se a região se mantiver firme, será uma demonstração ao mundo, mais uma vez, de que não é possível essa dupla categoria que já mencionamos.

Quero assinalar três ou quatro questões mais. É uma causa regional, mas hoje em dia é uma causa mundial. Há muito pouco tempo, em setembro do ano passado, os 133 chanceleres do grupo dos 77+China propuseram nas Nações Unidas uma

Resolução que não apenas propõe a questão da soberania das ilhas, mas também a questão das riquezas naturais, como proposto pela ALADI.

A ALADI foi o primeiro dos organismos da região que alvitrou não só a questão da soberania e dos direitos que lhe cabem à Argentina, mas que também falou do interesse do Reino Unido sobre essa região, que tem a ver com os hidrocarbonetos e com as riquezas naturais, e a ALADI salientou o direito da Argentina de iniciar os reclamos legais a esse respeito. Isto foi feito pelos 133 países que conformam o G77+China. Foi feito pela cúpula dos países árabes, pela cúpula dos países africanos, pela CELAC, pela OEA, ainda com muitos membros do Commonwealth em seu seio, o Comitê de Descolonização o reitera todos os anos e, realmente, cremos que este é um momento de reclamo, de clamor mundial sobre a Questão das Ilhas Malvinas.

Há 17 casos no mundo. Há 10 que são britânicos, mas temos que dizer que, quando falamos do caso das Malvinas, estamos falando de 1.700.000 km² que estão em disputa. Quando pensamos nas Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul, os espaços marítimos circundantes, pensamos: o que o Reino Unido faz ali? Estamos falando de 1.700.000 km² do único acesso natural ao espaço bioceânico, à conexão entre o Atlântico e o Pacífico, mas também entre o Atlântico e o Índico. Estamos falando de um acesso natural, uma porta de acesso à Antártida. Sabemos que, em 2040, será novamente discutido o Tratado Antártico e estamos falando da base militar mais importante do mundo ao sul do paralelo 50, base que não é defensiva – temos que dizê-lo e agradecê-lo, o Ministério da Defesa do Uruguai manifestou que é um tema regional e não só da Argentina – e também base militar extrarregional no Atlântico Sul, que realmente tem uma capacidade ofensiva enorme.

Quero finalizar dizendo que, há pouco tempo, a Argentina iniciou demandas legais muito fortes, a partir da legislação nacional e a partir deste apoio que temos tido dos organismos multilaterais, sobre as riquezas da região e da prospecção e tentativa de exploração de óleo no Atlântico Sul sem autorização do governo argentino. Iniciamos estas demandas e as empresas que estão nas Malvinas têm proibido estar na Argentina continental, mas também avançamos concretamente em demandas que têm a ver com multas muito severas, com embargos e com demandas criminais aos diretores das empresas que pretendem levar as riquezas que são da América Latina, da Argentina, sem a autorização do nosso país. Nesse sentido, estas demandas estão avançando fortemente e, para demonstrar a solidariedade, Evo Morales esteve na Argentina há não mais de uma semana e virou o primeiro país a assinar um acordo com a Argentina dizendo que essas empresas que estão ali e que estão ilegalmente tentando fazer prospecção e exploração de óleo serão levadas em consideração no momento em que a Bolívia chamar à licitação. A Bolívia é um dos países com óleo mais fortes da região. Este gesto solidário da Bolívia nos enche de orgulho.

Termino reiterando o agradecimento por este momento e para que coloquemos a placa comemorativa dos 50 anos. Como diziam o presidente do Comitê de Representantes e o amigo Chacho Alvarez, não é possível que uma resolução que simplesmente assinalava que há que dialogar, que a Resolução não vá ao fundo da questão. O que diz é que há uma disputa de soberania e que há que dialogar, não é possível que um país se recuse a fazê-lo, não há outra forma de resolver os conflitos, e os argentinos tivemos a dura experiência de uma ditadura que quis resolver tudo de uma forma que não foi o diálogo.

Eu tomarei as palavras de “Chacho” de por que um docente, porque é minha formação, é colocado à frente desta Secretaria, porque os docentes temos a palavra para poder trabalhar, para poder convencer e para poder nos defender na vida, e que a presidente tenha querido nomear um docente à frente desta Secretaria indica que

não queremos nunca mais que uma mãe tenha que chorar a perda de um filho por um conflito como esse das Ilhas Malvinas, não queremos mais carregar nas costas a dor de ter tido um conflito bélico. Não queremos outro caminho que não seja a paz, a diplomacia e a negociação para resolver. Teremos toda a paciência do mundo.

Alguns perguntam, como vocês fizeram para estes reclamos estarem tão presentes depois de 182 anos? Em geral, os reclamos não resolvidos se esvanecem depois de uma, duas ou três décadas. Já passaram 182 anos. Como pode ser que continue presente, cada vez com mais força, e que a nossa juventude vá a todos os lugares, entre outros, como temos visto na Copa América, às quadras de futebol, levando a bandeira das Malvinas como bandeira nacional? Realmente, isto acontece porque o povo argentino, como o povo latino-americano, atingiu sua independência e a sua descolonização a partir de grandes batalhas e não estamos dispostos a suportar que na região existam ainda sistemas coloniais.

Eu comentei que há 1.700.000 km²; é verdade que é uma região muito rica, geopoliticamente estratégica, mas, se não fosse assim, se as Malvinas, Geórgia e as Sandwich fossem simplesmente um rochedo em meio ao oceano, tenho certeza de que a solidariedade latino-americana seria tão forte quanto a que temos agora e o reclamo argentino seria do mesmo teor. Não estamos discutindo por interesses econômicos, estamos discutindo por uma causa que é a causa da humanidade. Nunca mais colonialismo, nunca mais decisões de alguns países sobre o destino de outros. Realmente, para o povo e para o governo argentino é uma ajuda enorme, um apoio enorme e é a chave para a solução ao problema, não há outra chave que não seja a região unida entorno a este reclamo; sabemos que a Argentina sozinha não basta. Faz falta uma região unida dizendo “não ao colonialismo; sim ao diálogo”, sim à possibilidade de nos sentar a conversar e, com certeza, mediante a palavra encontraremos uma solução para esta questão que leva tantos anos.

Termino agradecendo novamente. Senhor Presidente, senhor Secretário-Geral, Representantes, é uma honra enorme que tenham nos convidado a falar aqui, é uma honra enorme que hoje em dia essa placa fique para sempre colocada aqui na ALADI, a todos os amigos, irmãos orientais uruguaios, muito obrigado por nos acompanhar; com certeza, continuaremos trabalhando neste caminho o tempo que fizer falta porque, como diria um poeta uruaio, Alfredo Zitarrosa, “não há nada mais sem pressa que um povo fazendo sua história”, e seremos perseverantes, teremos paciência, teremos constância para saber que a solução chegará pela via pacífica do diálogo com o apoio de todos vocês. Muito obrigado.

- *Aplausos*

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Daniel Filmus. A honra foi nossa. Estas palavras, que reafirmam o que o senhor dizia, não é um assunto só da Argentina, mas destes países onde a soberania e a independência são um dos bens mais estimados.

O direito à palavra está aberto às Representações que desejarem intervir. Brasil, por favor.

Representação do BRASIL (Maria da Graça Nunes Carrion). Muito obrigada, senhor Presidente. Para a Delegação do Brasil é uma honra, uma satisfação receber o embaixador Filmus nesta sessão extraordinária do Comitê de Representantes, que trata das Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e áreas marítimas circundantes.

Lembro que na recente sessão extraordinária do Comitê, realizada em junho, a Delegação da Argentina mencionou que, em 16 de dezembro deste ano, seria celebrado o cinquentenário da adoção da Resolução N° 2065 da Assembleia Geral da ONU, que reconhece a existência da disputa territorial de soberania das Ilhas Malvinas entre a Argentina e o Reino Unido, e insta aos governos dos dois países a iniciar uma negociação para encontrar uma solução pacífica para esta questão.

Devo dizer que, após ter servido na Argentina em duas oportunidades, nos anos 90 e em 2000, tive a oportunidade de acompanhar o tema de perto. Senhor Embaixador, lembro muito bem que, durante a mencionada sessão do Comitê de Representantes, a proposta apresentada pela Representação da Argentina foi apoiada por unanimidade.

Não posso deixar de mencionar que, recentemente, o comunicado conjunto dos Estados-Parte do MERCOSUL e Estados Associados, adotado durante a cúpula do bloco, realizada semana passada em Brasília, lembrou, em quatro parágrafos da sua Declaração, o apoio regional e o interesse regional em que a prolongada disputa entre a Argentina e o Reino Unido pela soberania sobre as Ilhas Malvinas atinja quanto antes uma solução, de conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos, da CELAC, da UNASUL e de outros polos regionais, além de contar com as sucessivas resoluções do Comitê Especial de Descolonização da ONU.

O comunicado expressa sua profunda preocupação, porque já passaram cinquenta anos desde a adoção dessa resolução sem que ocorram avanços significativos nas negociações. Foi acordado que a próxima presidência pro tempore do MERCOSUL faça gestões junto ao secretário-geral da ONU para solicitar que os seus esforços sejam renovados, em cumprimento da missão de bons ofícios encomendados pela Assembleia Geral da ONU, no sentido de retomar as negociações tendentes a encontrar, quanto antes, uma solução pacífica à disputa.

Também, é importante fazer referência ao fato de que o Atlântico Sul é uma região de paz e livre de armas atômicas. Devemos preservar esta circunstância. Podem ler isto no prólogo de Eleuterio Fernández Huidobro e, mais ou menos inspirada em suas palavras, apliquei isto à Argentina sobre suas Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e áreas marítimas circundantes: além de ser uma causa justa, é uma causa de interesse da humanidade, na medida em que faz parte necessária da paz mundial.

Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Juan Alejandro Mernies Falcone). Muito obrigado, senhor Presidente. Saudamos especialmente a presença do senhor embaixador Daniel Filmus, secretário de Assuntos relativos às Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e espaços marítimos circundantes, que nos dá a possibilidade de abordar este tema que, como foi dito, não é uma causa argentina, mas da América Latina, e também podemos dizer que é uruguaia. O Uruguai fez dela a sua causa.

A participação que teve a Representação do Uruguai, inclusive no que aqui está sendo mencionado, que é a Resolução 2065, foi fundamental na estreita cooperação com a República Argentina. Como eu dizia, e como foi assinalado na publicação distribuída do Fórum Malvinas no Uruguai, e há alguns integrantes entre o público assistente, o apoio do Uruguai tem sido histórico, constante e determinado e, a esse

respeito, gostaria de oferecer a palavra ao senhor diretor-geral para Assuntos Políticos da nossa Chancelaria, embaixador Enrique Loeder.

Delegação do URUGUAI (Enrique Loedel). Muito obrigado, senhor Presidente do Comitê, senhores Representantes Permanentes, senhor Secretário-Geral. O Uruguai manteve de forma invariável a sua posição de princípio sobre o seu apoio ao legítimo direito de soberania da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes. Esta posição é assumida e defendida no convencimento da justiça histórica, jurídica e geográfica do reclamo argentino.

Se bem o Uruguai é um fiel defensor do princípio da livre determinação dos povos, consideramos que tal princípio não é aplicável neste caso, já que para o Uruguai a questão das Ilhas Malvinas está diretamente relacionada com a integridade territorial de um Estado, neste caso, a República Argentina.

Também, o nosso país, que apoiou a Resolução 2065 da Assembleia Geral das Nações Unidas, alentou historicamente a retomada de negociações entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda no Norte com o objetivo de chegar a uma solução pacífica, justa e definitiva a esta disputa de soberania. Esta posição nacional, conhecida dentro e fora de fronteiras, tem sido recolhida e incorporada em sucessivas declarações, em mecanismos sub-regionais, regionais e globais dos que o Uruguai fez ou faz parte.

Não obstante, para ilustrar a consistência da posição uruguaia e levando em consideração a comemoração dos cinquenta anos da adoção desta primeira resolução sobre o tema, consideramos oportuno evocar as expressões do Representante Permanente do Uruguai junto às Nações Unidas, embaixador Carlos María Velázquez, que, ainda, antes da existência da Resolução 2065 e sendo um dos primeiros defensores da legitimidade dos direitos argentinos, assinalou, em 1964 no Comitê de Descolonização, que “aqueles países que, por causa da sua pequenez ou fragilidade, foram despojados, quase pela força, de porções dos seus territórios nacionais, para os quais a aplicação estrita do princípio de livre determinação que colocaria o destino desses territórios em posse de um limitado grupo de colonos instalados pela potência conquistadora, seria equivalente à legalização de um situação de força que, como observamos, constituiu durante séculos um ilícito internacional. Esta perspectiva continua sendo correta e pertinente no caso que examinamos, considerando o fato de que as Ilhas Malvinas foram desabitadas, sem população autóctone e que a população agora existente veio, quase inteiramente, da metrópole colonial e, inclusive, sujeita à flutuação periódica, segundo as estações do ano”. Fim da citação.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. A Representação do Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Augusto Arzubíaga Scheuch). Muito obrigado, senhor Presidente. Bem-vindo, Embaixador Filmus, senhor Secretário-Geral, Subsecretários.

Por ocasião do vigésimo aniversário da Resolução 2065 das Nações Unidas, gostaria de me somar às palavras de apoio oferecidas pelos Representantes que me antecederam no uso da palavra. Mais, sobretudo, gostaria de salientar, nesta ocasião, a oportunidade que, ao longo das décadas transcorridas no Peru, mediante cada um dos seus governantes, sem distinção, manteve um incondicional apoio ao reclamo da Argentina, tanto no âmbito das nossas relações bilaterais quanto dos diversos fóruns multilaterais que têm abordado o tema dos legítimos direitos da soberania da

República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes.

No âmbito bilateral, gostaria de destacar a histórica e documentada gestão diplomática do presidente Fernando Belaúnde Terry. No âmbito multilateral, o Peru tem apoiado os legítimos direitos da Nação Argentina no âmbito de organismos regionais e sub-regionais, bem como em fóruns birregionais como a II Cúpula América do Sul-África e as cúpulas de países sul-americanos, países árabes e, obviamente, em organizações globais, como as Nações Unidas.

A inalterável posição peruana é baseada nos seguintes elementos: o compromisso de consolidação da paz na América do Sul a partir da renúncia expressa ao uso da força e ao compromisso com a solução pacífica de controvérsias. O Peru considera a necessidade de que a República Argentina e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte possam encontrar uma solução pacífica e duradoura à disputa da soberania mediante negociações. Ela rejeita ainda qualquer forma de colonização, particularmente em território latino-americano. Os profundos e históricos laços de amizade entre o Peru e a Argentina são um elemento adicional, além da sempre firme vocação integracionista latino-americana do Peru.

Com fulcro nisso, o apoio do Peru está decididamente em favor dos chamamentos da comunidade internacional para que ambas as partes iniciem um processo de negociação para pôr fim a esta disputa e que, desta maneira, encontrem uma solução pacífica em cumprimento da Resolução 2065 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Neste sentido, o apoio do Peru à legítima aspiração da República Argentina foi mantida incólume e assim será mantida, em virtude dos princípios da nossa política exterior e dos princípios históricos e dos laços de amizade entre o Peru e a irmã nação argentina. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado, Presidente. Bom dia.

O nosso país, o povo boliviano, tal como foi mencionado pelo embaixador Daniel Filmus, além de ter sido o primeiro em apoiar a Argentina contra a ocupação territorial nas Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, manteve o seu apoio sempre invariável, como manifestado recentemente pelo nosso presidente Evo Morales, na Argentina.

Destacamos esta sessão do Comitê de Representantes como uma ratificação dos países da América Latina em rejeição ao colonialismo, em defesa da soberania e da dignidade do nosso continente.

Como afirmou o nosso presidente, Evo Morales, na América Latina, além do tema pendente das Ilhas Malvinas, está o tema marítimo da Bolívia, temas que devem ser resolvidos no âmbito do direito internacional e mediante o diálogo.

Agradecemos a presença do embaixador e destacamos novamente a transcendência desta sessão, como amostra de unidade da América Latina em preservação da unidade dos nossos povos.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidente. Gostaria, simplesmente, através do senhor, agradecer a todos os representantes permanentes pelas palavras nesta sessão extraordinária. Mais uma vez, os países da região manifestaram seu mais firme apoio aos direitos da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes.

Nesta mesma mesa, o Comitê de Representantes e o Conselho de Ministros, máxima instância institucional da Associação, emitiram, cada um, declarações e resoluções de apoio à República Argentina. Também, os países que estão representados no MERCOSUL, na UNASUL e na CELAC manifestam permanentemente o apoio aos irrenunciáveis e legítimos direitos da República Argentina.

O processo de integração regional, como assinalavam o embaixador Filmus e o secretário-geral, baseia-se no diálogo e isso é o que a República Argentina e a América Latina toda estão reclamando. Simplesmente, senhor Presidente, queria reiterar o agradecimento por esta sessão e assinalar que as Malvinas foram, são e serão argentinas, mas que a causa, com certeza, sempre será uma causa regional. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Já que não há outra Representação solicitando a palavra, peço a anuência dos representantes e do secretário-geral para tirar o chapéu e falar em nome da Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (José Félix Rivas Alvarado). Em nome do presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros; da chanceler, Delcy Eloina Rodríguez Gómez; e do povo bolivariano da Venezuela, cumprimentamos a presença e as palavras do embaixador Daniel Filmus. No âmbito da comemoração dos 50 anos da adoção da Resolução 2065 da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Dia da Afirmação dos Direitos Argentinos sobre as Ilhas Malvinas, reiteramos a nossa solidariedade e apoio histórico ao legítimo reclamo da República Argentina na disputa pela sua soberania.

Há mais de 180 anos, em 3 de janeiro de 1833, o governo britânico, mediante um ato de agressão colonial, tirou à República Argentina uma ampla porção do seu território, as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul e os espaços marítimos circundantes. Desde então, esse país, nosso, americano, levou uma árdua e feroz luta pela devolução do território despojado e pelo exercício da soberania sobre ele.

Em 1995, a Assembleia Geral das Nações Unidas, mediante Resolução 2065, reconheceu formalmente a existência de uma disputa de soberania sobre estes espaços territoriais e marítimos, validando o reclamo da República Argentina e exortando ao diálogo entre esta nação e o Reino Unido de Grã Bretanha, a fim de encontrar uma solução pacífica à controvérsia. Porém, hoje, há 50 anos da adoção da Resolução 2065, replicada nas mais de 40 resoluções adotadas pelas Nações Unidas sobre a Questão das Ilhas Malvinas, infelizmente não há evidência de um avanço substantivo nas negociações e, muito pelo contrário, observamos como o Reino Unido da Grã Bretanha não tem parado em suas práticas coloniais e belicistas, exercícios militares em águas territoriais, prospecção e exploração de recursos naturais, manipulação do princípio de livre determinação para justificar a tentativa de alterar o padrão jurídico e político das ilhas mediante um referendun, dentre outros, em aberto desconhecimento ao direito internacional e às resoluções adotadas pela ONU.

Até os nossos dias, o governo argentino manteve sua disposição ao diálogo para atingir, pela via da negociação, uma solução pacífica e definitiva para pôr fim à presença colonial britânica no Atlântico Sul. Numerosas agressões foram cometidas contra a Argentina e, portanto, contra o nosso povo americano, durante todo este período, porque esta causa é inserida na luta pela soberania e pela independência das nossas nações e, por conseguinte, é uma luta compartilhada por todos nós.

É claro qual o interesse do Reino Unido ao querer controlar pela força o espaço marítimo que circunda o território insular das Ilhas Malvinas mediante ações que apontam ao belicismo e ao armamentismo da região. Sem dúvidas, que à antiga razão geoestratégica do controle do passo nessa zona do Atlântico sul, hoje em dia se soma a voracidade destas potências imperiais em decadência na busca pelas riquezas marítimas subjacentes que ilegalmente procuram explorar, às costas dos governos que legitimamente representam seus povos. Neste sentido, solidarizamos-nos com o denunciado pelo governo argentino e reiteramos o expressado pelos presidentes do MERCOSUL na Declaração Especial sobre Exploração de Hidrocarbonetos na Plataforma Continental Argentina próxima às Ilhas Malvinas, quanto ao rechaço contundente a esta nova ação unilateral do governo do Reino Unido, que evidencia mais uma vez o seu contumaz desconhecimento ao direito internacional.

Nesse sentido, reiteramos a nossa rejeição à proposta britânica de incorporar o princípio de livre determinação. Não se pode falar de livre determinação em um território em disputa colonizado e com uma população implantada à força, que representa os interesses do Reino Unido. O restabelecimento da soberania da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul e os espaços marítimos circundantes seria um claro sinal da vontade internacional de abolir práticas coloniais que ainda persistem.

Como já assinaléi anteriormente, numerosas organizações representativas da integração latino-americana manifestaram-se sobre este assunto e reiteraram a importância de atingir uma solução pacífica e permanente ao conflito. A República Argentina conta hoje com um sólido bloco regional que o apoia em sua causa soberana e que não tolerará novas agressões colonialistas nem intimidações com medidas unilaterais à margem do direito internacional.

Queremos concluir reafirmando que o governo da República Bolivariana da Venezuela reitera sua mais firme solidariedade e apoio com o povo e o governo argentino em seu justo reclamo sobre as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul e os espaços marítimos circundantes, exortando ao diálogo bilateral baseado no cumprimento das resoluções emitidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas que obrigam o Reino Unido a negociar uma solução pacífica e definitiva ao justo reclamo da nossa irmã nação argentina pela soberania destas ilhas sul-americanas. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agora, volto ao meu papel de presidente. Muito obrigado pela compreensão. Agora, cabe ao embaixador Filmus entregar a placa alusiva à ocasião.

- *O embaixador Daniel Filmus, acompanhado do presidente e do secretário-geral, descobrem a placa.*

PRESIDENTE. Queríamos aproveitar a ocasião e agradecer, obviamente, a doação da placa pela Representação da Argentina e queríamos fazer uma proposta: consideramos que a sua colocação na sala Pinacoteca é uma homenagem a esta reivindicação histórica. Propomos, então, essa colocação.

Convidamos ao embaixador Filmus e aos representantes dos países-membros para a fotografia oficial da ocasião.

- *Fotografia oficial*

Encerramos a sessão e convidamos para o coquetel.

- *Encerra-se a sessão.*
-